



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1960 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 12 - Currículo

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: CONVERSAS CURRICULARES COM OS COTIDIANOS ESCOLARES

Marina de Oliveira Delmondes - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

Trata-se de um dos desdobramentos da pesquisa do Curso de Mestrado em Educação (2017-2018) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que objetiva potencializar outros fios-sentidos curriculares acerca de gênero e sexualidade. Utiliza-se dos estudos de Saffioti (2015) e Maria (2017) para conversar sobre a violência contra a mulher ocorrida no Estado do Espírito Santo no ano de 2017 e início de 2018. Serve-se de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e de análises de capas de jornais veiculados na sociedade capixaba para problematizar os índices de criminalidade contra a mulher. A aposta teórico-metodológica nas *pesquisas com os cotidianos* encontra nos estudos de Ferrazo (2008; 2016) e Gomes (2016) aporte para pensar na potência dos *currículos em redes* que emaranham fios-sentidos outros de afirmação das diferenças e potencializam as vidas, dos que, nos cotidianos escolares, o tempo todo rompe com os clichês instituídos socialmente.

Palavras-Chaves: Violência contra a Mulher. Cotidiano Escolar. Currículo em redes.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: CONVERSAS CURRICULARES COM OS COTIDIANOS ESCOLARES

RESUMO

Trata-se de um dos desdobramentos da pesquisa do Curso de Mestrado em Educação (2017-2018) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que tem como um dos objetivos potencializar outros fios-sentidos curriculares acerca de gênero e sexualidade. Utiliza-se dos estudos de Saffioti (2015) e Maria (2017) para dialogar sobre a violência de gênero, especificamente, a violência contra a mulher ocorridos no Estado do Espírito Santo no ano de 2017 e início de 2018. Serve-se de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e de análises de capas de jornais e de notícias veiculados na sociedade capixaba para problematizar os índices de criminalidade contra a mulher. A aposta política e metodológica nas *pesquisas com os cotidianos* encontra nos estudos de Ferrazo (2008; 2016) e Gomes (2016) aporte para pensar na potência dos *currículos em redes* que emaranham fios-sentidos outros de afirmação das diferenças e de potencialização da vida, dos que, nos cotidianos escolares, o tempo todo rompem com os clichês instituídos socialmente. Portanto, o que importa é dilatar possibilidades outras de viver as diferenças que pulsam no chão da vida, em particular, nos cotidianos escolares.

Palavras-Chaves: Violência contra a Mulher. Cotidiano Escolar. Currículo em redes.

A violência contra a mulher no Estado do Espírito Santo

A violência contra as mulheres no Estado do Espírito Santo se tornou uma notícia rotineira nos jornais no ano de 2017. Ao observar as capas do jornal *Notícia Agora* de janeiro a dezembro foram, aproximadamente, 95 capas que continham uma manchete ou texto chamada para uma reportagem referente à violência contra a mulher seguidos de notícias completas que retratam o quanto ser mulher na sociedade capixaba tem se tornado um desafio diário.

Os crimes mais divulgados foram: agressões físicas, abusos sexuais, assédios, estupros, esartejamento e assassinatos e, envolviam, quase sempre, sujeitos que possuíam um grau de parentesco e/ou laços afetivos com a vítima, a exemplo dos companheiros. Houve também casos envolvendo pessoas anônimas, famosos, artistas e pessoas do meio religioso. Em agosto de 2017 a capa do jornal *A Gazeta* trouxe um dado alarmante: “Violência doméstica: em 8 meses, 84 mulheres foram assassinadas”.^[1] Diante de tantas notícias publicadas falar sobre a violência contra as mulheres se tornou relevante.

Sabe-se que “[...] a cultura machista e patriarcal é a base da violência contra as mulheres” (MARIA, 2017, p. 39), assim, estudos de Saffioti (2015), Maria (2017) e os índices de violência divulgados no “Atlas da violência”^[2] realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) colaboram para analisar a criminalidade contra a mulher no Estado do Espírito Santo, conduzindo ao entendimento sobre a violência de gênero.

Entende-se por *violência de gênero* a categoria mais geral que aborda os tipos de violência cometido contra a vida humana, abrange, portanto, todo tipo de violência contra a vida da mulher. Destaca-se a violência doméstica, a violência familiar, a violência intrafamiliar e que podem ser caracterizados mediante a violência física, moral, simbólica, sexual e psicológica. Estudos de Saffioti (2015) afirmam que a violência familiar envolve parentesco, se configurando como violência doméstica. A diferença está no fato de que “[...] a violência doméstica tem lugar, predominantemente, no interior do domicílio” (SAFFIOTI, 2015, p. 78) e na violência familiar os envolvidos, mesmo sendo da família, não estabelecem uma proximidade com o domicílio da vítima.

Por violência, em âmbito geral, entende-se como a “[...] ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2015, p. 18) e que culmina, na maioria das vezes, no crime contra a vida da mulher, ou seja, no feminicídio, quando “[...] torna o homicídio de mulheres um crime hediondo, quando envolve violência doméstica e familiar, e menosprezo, discriminação à condição de mulher (IPEA, FBSP, 2017, p. 36). Saffioti (2015, p. 64) alerta

Enquanto animais ditos irracionais comem, dormem, produzem ao som de uma bela música, mulheres são espancadas, humilhadas, estupradas e, muitas vezes, assassinadas por seus próprios companheiros e, com frequência, por ex-companheiros, ex-namorados, ex-amantes. Sobretudo quando a iniciativa do rompimento da relação é da mulher, esta perseguição, esta importunação, este molestamento pode chegar ao feminicídio.

Maria (2017, p. 35) contribui para a análise a partir dos índices informados no Disque 180^[3]. Segundo a autora, relativo ao quantitativo de denúncias “[...] os mais recorrentes foram a física, com 15.541 relatos, seguida pela psicológica (9.849), a moral (3.055), a sexual (886) e a patrimonial (634)”. No tocante aos índices de violência contra as mulheres, Saffioti (2015, p. 49) aponta que

[...] 19% das mulheres declaram, espontaneamente, haver sofrido algum tipo de violência da parte de homens, 16% relatando casos de violência física, 2% de violência psicológica, e 1% de assédio sexual. Quando estimuladas, no entanto, 43% das investigadas admitem ter sofrido violência sexista, um terço delas relatando sido vítimas de violência física, 27% revelando ter vivido situações de violência psíquica, e 11% haver experimentado o sofrimento causado por assédio sexual. Trata-se, pois, de quase metade das brasileiras. Os 57% restante devem também ter sofrido alguma modalidade de violência, não as considerando, porém, como tal.

O alerta das autoras chama a atenção no que concerne ao índice de criminalidade e ao fato de que toda mulher brasileira pode já ter sido vítima de violência mesmo sem perceber. Saffioti (2015, p. 50) exemplifica

Uma mulher pode sair feliz de um posto público de saúde, tendo esperado quatro horas na fila, estado dois minutos na presença do médico e ‘ganho’ a receita de um medicamento, que seu poder aquisitivo não lhe permita adquirir. Outra poderá considerar este fenômeno uma verdadeira violência. Assim, o mesmo fato pode ser considerado normal por uma mulher e agressivo para outra.

Percebe-se que a violência nem sempre está representada nas marcas roxas espalhadas pelo corpo, mas também abarca o atendimento inapropriado, principalmente, nos postos públicos e ginecológicos, o silêncio de uma denúncia não

dita pelo medo das ameaças, a renúncia de si mesmo em frente a uma possível mudança comportamental do outro e uma nova credibilidade numa relação já fadada pela violência, que busca resistir em nome da família ou mesmo da religião.

O documento “Atlas da violência” no item 6 referentes a violência contra a mulher informam que o Estado do Espírito Santo ocupa o segundo lugar no ranking de letalidade da mulher negra. Quanto a isto, em âmbito nacional, os dados indicam que

[...] além da taxa de mortalidade de mulheres negras ter aumentado, cresceu também a proporção de mulheres negras entre o total de mulheres vítimas de mortes por agressão, passando de 54,8% em 2005 para 65,3% em 2015. Trocando em miúdos, 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil no último ano eram negras, na evidencia de que a combinação entre desigualdade de gênero e racismo é extremamente perversa e configura variável fundamental para compreendermos a violência letal contra a mulher no país (IPEA; FBSP, 2017, p. 37).

Confirmando os dados apresentados no “Atlas da violência” o jornal A Gazeta de 11 de dezembro informou: “No Espírito Santo morreram 13 mulheres negras para cada 100 mil habitantes. A taxa de mulheres brancas assassinadas é 3,5 vezes menor”^[4] mencionando também que, mais de 100 mulheres já tinham sido assassinadas até o mês de outubro. Um dado relevante que consta nesta matéria refere-se aos municípios onde ocorram mais violências, quais sejam: Vila Velha, Cariacica, Vitória e Serra.

Dos casos mais repercutidos temos: Sabrina de Oliveira Mendes, 35 anos, assassinada pelo seu ex-marido com 30 facadas na cidade de Vila Velha, Jéssika Nielsen dos Santos Lacerda, 15 anos, assassinada pelo tio em Cariacica, Luísa Mariano da Silva, 23 anos, assassinada dentro de uma lavanderia em Vila Velha, Gabriela Silva, 24 anos, estrangulada e assassinada na Serra pelo ex-noivo e Milena Gottardi Tonini Frasson, 38 anos, assassinada após um suposto assalto no estacionamento da Hucam- Vitória a mando de seu ex-marido. Ademais, é possível encontrar outros noticiários capixabas que corrobora com a ideia de que “[...] a violência doméstica é masculina” (SAFFIOTI, 2015, p. 78).

Mediante a problemática da violência contra a mulher, pautados, predominantemente, pelo pensamento e comportamento hegemônico, heteronormativo, patriarcalista, colonial, masculino e machista é que se propõe a pensar na potência dos *currículos em redes*, vividos e praticados nos cotidianos escolares como uma possibilidade outra de afirmação das diferenças e de potencializar as vidas bonitas que, o tempo todo, no cotidiano das escolas, têm rompido os clichês instituídos socialmente, no que tange as relações de gênero e sexualidade.

O currículo em redes como uma possibilidade outra de afirmação das diferenças

Gomes (2016, p. 231) afirma que “[...] o cotidiano escolar aparece como um espaço-tempo privilegiado de produção curricular, muito além do que está previsto nas propostas oficiais”. Ferraço (2008, p. 103) reforça esta ideia afirmando que os cotidianos são “[...] espaço/tempo de produções/enredamentos de saberes, imaginações, táticas, criações, memórias, projetos, artimanhas, representações e significações”. Assim, aposta-se na potência dos *currículos em redes* como um dispositivo que, irrompendo com as prescrições oficiais dilata possibilidades outras de viver com as diferenças que pulsam no chão dos cotidianos escolares e reverberam-se no chão da vida. Acerca dos *currículos em redes*, Ferraço (2016, p. 242) menciona:

Currículos em redes tecidos e realizados (FERRAÇO, 2002) com a complexidade (MORIN, 1990) e multiplicidade dos acontecimentos vividos e potencializados pela força do trabalho coletivo, a partir do qual as disciplinas cedem lugar aos temas que surgiam cotidianamente com o desenrolar das ações que, ao não se reduzirem às áreas de atuação dos professores, favoreceram relações de poder mais horizontais entre eles [...]

A partir dos *currículos em redes* praticados nos cotidianos das escolas faço uso da narrativa, que é “[...] viva e dá significado às vivências por meio das palavras. São verdades para uns, são construção para outros, não importa, pois o que me interessa aqui é ouvi-las, conhecê-las e com elas dialogar” (REIS, 2014, p. 120) para narrar as problematizações sobre a violência contra as mulheres emergidas do meu cotidiano escolar. Sabe-se que a temática violência de gênero já faz parte das redes escolares. Gomes (2016, p. 218) afirma

Os índices de crimes envolvendo o ódio pela diferença proliferam nos noticiários e nas redes sociais. As agressões pela homofobia, pela violência doméstica contra as mulheres, pelo machismo elevado ao grau da 'normalidade', pelas questões religiosas e estético-culturais se replicam nos espaços-tempos escolares, consumidos em tempo integral via os diferentes mecanismos de compartilhamentos por meio dos aparelhos eletrônicos e das redes sociais que, muitas vezes, são considerados mais atraentes e merecedores de mais atenção do que as salas de aulas e as falas conteudistas dos docentes.

Para dialogar sobre a temática um dos fios possíveis foi experienciada no início do ano letivo de 2018 em uma escola da rede municipal de Guarapari-ES, com alunos do ensino fundamental, séries iniciais. A conversa iniciou na fila de entrada a partir do "Tia, você viu o que aconteceu no meu bairro? Uma moça foi estuprada e tacaram pedra nela...", me dizia uma aluna, moradora do bairro onde aconteceu o crime. Em paralelo ao "babado" contado pela aluna, abro o jornal do dia anterior, 27 de fevereiro, e: "Jovem sofre estupro coletivo, é esfaqueada e apedrejada em Guarapari".^[5]

Como professora-pesquisadora à espreita dos acontecimentos percebi que uma oportunidade estava aberta para abordar sobre a violência contra as mulheres. Na sala de aula iniciei uma conversa oportunizando as meninas e os meninos a falarem sobre como percebem a vida da mulher, e uma fala chamou atenção:

"Muitas mulheres não são tratadas como merecem. Já vi muitas mulheres no bairro em que morava apanhar dos meninos do morro. Mas, a impressão que eu tenho é que elas gostam, sabe, porque mesmo sabendo que eles têm a vida errada e que vão sofrer violência com eles, elas continuam namorando com eles. Eu acho estranho" (ALUNA do 4º Ano).

Esta fala inquietou, mas a fala de outro aluno em resposta a esta fala impressionou mais:

"Muitas mulheres gostam de apanhar mesmo, tia. Elas ficam lá, com aqueles shorts curtos, pra cima e pra baixo, quando toca 'senta na pika, senta na pika, toma sequência de tapa na cara', ficam todas se oferecendo, vão até o chão, mas quando leva na cara mesmo, elas não gostam" (ALUNO do 4º Ano).

A fala incomodou por saber que na sociedade se reverbera por meio de muitas músicas a violência contra a mulher e devido ao fato de que, as falas-clichês ainda culpabilizam a mulher pela própria violência sofrida. Concordamos com Ferraço e Gomes (2014, p. 27) quando dizem que "[...] essas falas-clichês vão se constituindo como efeitos de realidades, como regimes de verdade sobre os mesmos sujeitos e, com isso, vão instituindo modos acordados-engessados de se entender a escola e o que se passa dentro dela" e para além, modos acordados-engessados de padronização e normatização da vida das meninas e dos meninos.

O uso dos jornais impressos contribuiu para contextualizar a realidade posta, qual seja, o crime cometido no município e de fazer uma análise da vida da mulher no Estado do Espírito Santo. Um dado alarmante observado ao longo do trabalho desenvolvido foi que de 01 de janeiro a 08 de março de 2018 foram 13 notícias relativas à violência contra as mulheres e que, sabe-se que só tende a agravar ao longo do ano. O uso de conversas para pensar sobre outras formas possíveis de vida para as mulheres foi potente. A conversa foi concebida como

[...] uma tensão permanente entre diferentes modos de pensar e de pensar-se, de sentir e de sentir-se: há dissonâncias, desentendimentos, incompreensões, afonias, impossibilidades, perdas de argumentos, tempos desiguais, perguntas de um lado apenas, respostas que não chegam (SKLIAR, 2014, p. 39).

Concordamos com Skliar quando diz que "respostas que não chegam", e de fato, não estamos preocupados com as respostas, mas sim, com os efeitos produzidos de nossas conversas coletivas. Ao longo de uma das conversas, outra fala chamou atenção:

"Sabe tia, o que mais mata as mulheres na nossa sociedade é o silêncio, sabe por que? Muitas mulheres têm medo de denunciar os agressores. Quem tem coragem de denunciar que levou um tapa? E se estiver recebendo ameaça? E mais, igual está jovem aqui, (referia-se a jovem Andrielly, assassinada com carregador de celular) como ela iria denunciar algo, ela nem desconfiava, né, que o namorado poderia matá-la? E se soubesse, tia, eu acho que ela não iria denunciar, eu teria medo" (ALUNO do 4º Ano, grifo nosso)

A fala do aluno faz pensar em quantas violências, quantas mulheres e quantas vidas femininas estão sendo silenciadas

devido ao medo e, também, por falta de espaço-tempo de diálogo a respeito deste problema social que atravessa os diferentes espaços sociais, inclusive a escola.

A notícia dada pela aluna na manhã do dia 28 de fevereiro foi um pequeno fio importantíssimo para pensar sobre a potência do *currículo em redes* como um dispositivo de afirmação da diferença. Foi uma oportunidade de iniciar 2018 criando espaços-tempos de potencialização da vida e do respeito às diferenças ampliando as possibilidades de viver com as diferenças nos cotidianos escolares.

Neste sentido, os *currículos em redes* tecidos nos cotidianos escolares necessitam que o professor(a)-pesquisador(a) estejam à espreita dos acontecimentos que podem reverberar possibilidades outras de afirmação da diferença. As conversas, o uso de jornais e as diversas práticas ao longo do final de fevereiro e primeira quinzena de março de 2018 ressaltaram que uma outra forma de vida é possível, que resistir é necessário e que, curricular em redes cotidianas é assumir que “[...] as redes não estão nos cotidianos. Elas são os cotidianos” (FERRAÇO, 2016, p. 29) e que, portanto, conversar sobre mulher, violência, gênero e sexualidade faz parte da vida escolar justamente devido ao fato de serem fios desta rede que é o currículo.

Referências

FERRAÇO, C.E. ...E pesquisa com os cotidianos ou sobre imagens narrativas. In: FERRAÇO, C. E (Org.)...**Currículos em redes**. Curitiba: CRV. 2016.

_____. E currículos. In: FERRAÇO, C. E. (Org.)...**Currículos em redes**. Curitiba: CRV. 2016.

_____. Ensaio de uma metodologia efêmera ou sobre as várias maneiras de ser sentir e inventar o cotidiano escolar. In: ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. de (Org.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes de saberes**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

FERRAÇO, C.E.F.; GOMES, M.A.O. Pesquisa com os cotidianos: problematizações possíveis nas relações entre currículo e clichê. In: GARCIA, A.; OLIVEIRA, I. B. (Org.). **Aventuras de conhecimentos: utopias vivenciadas nas pesquisas em educação**. Petrópolis, RJ: De Petrus; Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, 2014.

GOMES, M. A. O. e Sexualidades. In. FERRAÇO, C. E. (Org.)....**Currículos em redes**. Curitiba: CRV, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). **Atlas da violência**. Rio de Janeiro, 2017.

MARIA, K. **Mulheres Extraordinárias**. São Paulo: Paulus, 2017.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

REIS, G. R. F. da S. Sobre Vermeer, narrativas e redes: um diálogo político/ epistemológico/ metodológico acerca de uma pesquisa. In: GARCIA, A.; OLIVEIRA, I. B. (Org.). **Aventuras de conhecimentos: utopias vivenciadas nas pesquisas em educação**. Petrópolis, RJ: De Petrus; Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, 2014.

SKLIAR, C. **O ensinar enquanto travessia: linguagens, leituras, escritas e alteridades para uma poética da educação**. Salvador: EDUFBA, 2014.

[1] Notícia divulgada em 26 de agosto de 2017 pelo Jornal A Gazeta. Matéria disponível em : <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2017/08/violencia-domestica-em-8-meses-84-mulheres-foram-assassinadas-1014093877.html>

[2] Trata-se de uma publicação que trata de análises referentes a Segurança Pública tendo por base Informações sobre a Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Esta pesquisa é uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

[3] Central de atendimento à mulher criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da presidência da República (SPM-PR), em 2005, com a finalidade de orientação sobre os direitos e serviços públicos para a população feminina e é um dos principais canais de enfrentamento à violência contra a mulher sob o amparo da Lei Maria da Penha.

[4] Notícia divulgada em 11 de dezembro 2017 pelo Jornal A Gazeta. Matéria disponível em:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/12/es-e-o-segundo-do-pais-em-assassinato-de-mulheres-jovens-negras-1014110724.html>

[5] Notícia divulgada em 27 de fevereiro pelo Jornal A Gazeta. Matéria disponível em:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2018/02/jovem-sofre-estupro-coletivo-e-esfaqueada-e-apedrejada-em-guarapari-1014120739.html>